

## **Arnaldo Rizzardo**

O autor foi Magistrado no Estado do Rio Grande do Sul, tendo se aposentado como Desembargador. Desempenhou o magistério na Escola Superior da Magistratura do RGS e exerce atualmente a advocacia. É membro da Academia Brasileira de Direito Civil. Vários dos livros de sua literatura jurídica obtiveram o primeiro lugar e outras menções de destaque em concursos de monografia patrocinados pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pela Associação dos Juizes do RGS. De seu vasto elenco de obras especializadas de direito, destaca-se a análise completa do Código Civil de 2002, num total de nove volumes.

# **AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

**4ª Edição**  
**Revista, Atualizada e Ampliada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
 e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9265-6**

**JURUÁ**  
 EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Rizzardo, Arnaldo.

R627 Ação civil pública e ação de improbidade administrativa./ Arnaldo Rizzardo./ 4ª ed. rev., atual., ampl./ Curitiba: Juruá, 2019.  
 680p.

1. Improbidade administrativa. 2. Administração pública. 3. Ação civil pública. I. Título.

CDD 345.02323 (22.ed)  
 CDU 35.077.2

000060

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

1164742

# SUMÁRIO

---

## Parte Primeira AÇÃO CIVIL PÚBLICA

|                    |  |           |
|--------------------|--|-----------|
| <b>Capítulo 1</b>  | <b>A DEFESA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>Capítulo 2</b>  | <b>PANORAMA HISTÓRICO NA FORMAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS .....</b>            | <b>27</b> |
| <b>Capítulo 3</b>  | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM OUTROS PAÍSES .....</b>   | <b>31</b> |
| <b>Capítulo 4</b>  | <b>A DENOMINAÇÃO AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>  | <b>37</b> |
| <b>Capítulo 5</b>  | <b>FONTES E CONCEITO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>   | <b>41</b> |
| <b>Capítulo 6</b>  | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E OUTRAS AÇÕES DE DEFESA CONSTITUCIONAL DE DIREITOS .....</b>              | <b>43</b> |
| <b>Capítulo 7</b>  | <b>ESPÉCIES DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS .....</b>  | <b>49</b> |
| <b>Capítulo 8</b>  | <b>PANORAMA DE LEIS VOLTADAS À DEFESA DOS INTERESSES PÚBLICOS, COLETIVOS OU SOCIAIS .....</b>      | <b>55</b> |
| <b>Capítulo 9</b>  | <b>NATUREZA DOS CONTEÚDOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>  | <b>61</b> |
| <b>Capítulo 10</b> | <b>A DEFESA DE BENS, VALORES OU INTERESSES PÚBLICOS, DE GRUPOS, E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS .....</b> | <b>65</b> |
| <b>Capítulo 11</b> | <b>A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL .....</b>   | <b>69</b> |
| <b>Capítulo 12</b> | <b>PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE .....</b>   | <b>73</b> |
|                    | 12.1 A SISTEMÁTICA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO .....                                     | 76        |
|                    | 12.2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE .....                                    | 77        |

|                    |   |            |
|--------------------|---|------------|
| 12.3               | PROTEÇÃO ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL.....   | 80         |
| 12.4               | OUTRAS SITUAÇÕES ESPECIAIS DE PROTEÇÃO .....  | 85         |
| 12.5               | COMINAÇÕES REPARATÓRIAS DO DANO AMBIENTAL .....   | 87         |
| <b>Capítulo 13</b> | <b>PROTEÇÃO AOS BENS E DIREITOS DE VALOR ARTÍSTICO, ESTÉTICO, HISTÓRICO, TURÍSTICO E PAISAGÍSTICO .....</b>                         | <b>89</b>  |
| <b>Capítulo 14</b> | <b>PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA .....</b>  | <b>93</b>  |
| 14.1               | REGRAS E POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA PROTEGÍVEIS PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....   | 94         |
| 14.2               | PLANO DIRETOR DA CIDADE E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO .....   | 96         |
| 14.3               | O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....  | 97         |
| 14.4               | EXEMPLOS DE SITUAÇÕES QUE COMPORTAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....  | 99         |
| <b>Capítulo 15</b> | <b>A DEFESA DO CONSUMIDOR E DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....</b>                                     | <b>101</b> |
| 15.1               | O CONCEITO DE INTERESSE .....   | 103        |
| 15.2               | INTERESSES DIFUSOS.....   | 106        |
| 15.2.1             | A Tipificação pelo Código de Defesa do Consumidor e Características dos Interesses Difusos .....                                    | 108        |
| 15.3               | INTERESSES COLETIVOS .....  | 109        |
| 15.3.1             | Interesses Coletivos e Interesses de uma Classe de Pessoas ..   | 111        |
| 15.4               | INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS .....   | 113        |
| 15.4.1             | Afinidade entre Interesses Coletivos e Interesses Individuais Homogêneos .....  | 116        |
| 15.4.2             | Interesses Individuais Homogêneos de Pessoas Identificáveis .....   | 117        |
| 15.5               | CONCOMITÂNCIA DA AÇÃO DE TUTELA E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ENVOLVENDO INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS..... | 118        |
| 15.6               | A PROTEÇÃO DE INTERESSES METAINDIVIDUAIS E DE DIREITOS FUNDAMENTAIS .....   | 120        |
| 15.7               | A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA DEFESA QUE ENVOLVE INTERESSES DO CONSUMIDOR.....   | 122        |

|                    |      |   |            |
|--------------------|------|---|------------|
|                    | 15.8 | O NEXO CAUSAL ENTRE O DANO AO INTERESSE PROTEGIDO E O SUJEITO CAUSADOR.....   | 124        |
| <b>Capítulo 16</b> |      | <b>A DEFESA DA ORDEM ECONÔMICA E DA ECONOMIA POPULAR .....</b>  | <b>127</b> |
| <b>Capítulo 17</b> |      | <b>A AÇÃO PARA A CONDENAÇÃO EM DINHEIRO E O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER .....</b>                                  | <b>135</b> |
| <b>Capítulo 18</b> |      | <b>A REPARAÇÃO POR OFENSA AOS DANOS MORAIS .....</b>  | <b>139</b> |
| <b>Capítulo 19</b> |      | <b>LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES INDIVIDUAIS E AÇÕES COLETIVAS.....</b>  | <b>143</b> |
|                    | 19.1 | LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES CIVIS OU COLETIVAS.....  | 147        |
|                    | 19.2 | LITISPENDÊNCIA, CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....  | 149        |
| <b>Capítulo 20</b> |      | <b>CONDIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SUA AÇÃO PARA O CONSUMIDOR SE BENEFICIAR DO RESULTADO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>                     | <b>151</b> |
| <b>Capítulo 21</b> |      | <b>A DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NA OFENSA AOS INTERESSES PROTEGIDOS .....</b>  | <b>155</b> |
|                    | 21.1 | A DECADÊNCIA NO CAMPO DO DIREITO DO CONSUMIDOR.....   | 157        |
| <b>Capítulo 22</b> |      | <b>O FORO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.....</b>   | <b>161</b> |
|                    | 22.1 | COMPETÊNCIA EM FUNÇÃO DO LOCAL ONDE OCORREU O FATO .....  | 162        |
|                    | 22.2 | COMPETÊNCIA SE O FATO ATINGIU MAIS DE UMA COMARCA .....   | 163        |
|                    | 22.3 | COMPETÊNCIA EM FUNÇÃO DA MATÉRIA .....  | 165        |
| <b>Capítulo 23</b> |      | <b>OS LEGITIMADOS PARA PROPOREM A AÇÃO .....</b>  | <b>169</b> |
|                    | 23.1 | LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES.....   | 172        |
|                    | 23.2 | LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOR A AÇÃO.....  | 176        |
|                    | 23.3 | SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E COLEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....  | 179        |
|                    | 23.4 | LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DOS SINDICATOS PARA PROMOVER A AÇÃO EM MATÉRIA QUE ENVOLVE RELAÇÕES DE TRABALHO..... | 181        |

|                    |   |            |
|--------------------|---|------------|
| 23.5               | DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS E A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....   | 183        |
| 23.6               | LEGITIMIDADE DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....  | 191        |
| 23.7               | INTERESSE PROCESSUAL, LEGITIMIDADE PARA A AÇÃO E PERTINÊNCIA TEMÁTICA.....  | 192        |
| 23.8               | REPRESENTATIVIDADE E LEGITIMAÇÃO.....   | 194        |
| 23.9               | LEGITIMIDADE ATIVA CONCORRENTE E DISJUNTIVA .....   | 195        |
| 23.10              | LITISCONSÓRCIO ENTRE OS LEGITIMADOS PARA A AÇÃO E ASSISTÊNCIA.....  | 197        |
| 23.11              | LITISCONSÓRCIO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL .....                                 | 200        |
| <b>Capítulo 24</b> | <b>LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO .....</b>   | <b>203</b> |
| 24.1               | A LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....   | 204        |
| <b>Capítulo 25</b> | <b>A DENUNCIAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NO PROCESSO .....</b>                                     | <b>207</b> |
| <b>Capítulo 26</b> | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE IMPORTA EM INGERÊNCIA NA COMPETÊNCIA DE UM DOS PODERES DO ESTADO.....</b>                   | <b>211</b> |
| <b>Capítulo 27</b> | <b>A CONCESSÃO ILEGAL OU IRREGULAR DE LICENÇA PELO ADMINISTRADOR PÚBLICO E REPERCUSSÕES JUNTO AO ADMINISTRADO .....</b> | <b>213</b> |
| <b>Capítulo 28</b> | <b>SITUAÇÕES DE ILEGALIDADE QUE SE CONSOLIDAM E NÃO COMPORTAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....</b>                            | <b>215</b> |
| <b>Capítulo 29</b> | <b>DESISTÊNCIA OU ABANDONO DA AÇÃO E ASSUNÇÃO DA TITULARIDADE POR OUTRO LEGITIMADO .....</b>                            | <b>221</b> |
| <b>Capítulo 30</b> | <b>CARÁTER DE COMPLEMENTARIEDADE RECÍPROCA DAS LEIS 7.347/1985 E 8.078/1990 .....</b>                                   | <b>225</b> |
| <b>Capítulo 31</b> | <b>AJUSTAMENTO DE CONDUTAS COMO FORMA DE TRANSAÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .....</b>                                     | <b>227</b> |
| 31.1               | ENTIDADES OU PESSOAS LEGITIMADAS E AS DIMENSÕES NO AJUSTAMENTO DE CONDUTA .....   | 230        |
| 31.2               | MEDIDAS PARA O CUMPRIMENTO DO COMPROMISSO AJUSTADO .....  | 232        |

|                    |  |     |
|--------------------|--|-----|
| <b>Capítulo 32</b> | <b>PROVOCAÇÃO DA INICIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROMOVER A AÇÃO</b> .....   | 235 |
| <b>Capítulo 33</b> | <b>O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO</b> .....   | 239 |
|                    | 33.1 FINALIDADE BÁSICA DO INQUÉRITO CIVIL .....  | 243 |
|                    | 33.2 O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL.....  | 245 |
| <b>Capítulo 34</b> | <b>REQUISIÇÕES DE INFORMAÇÕES E CERTIDÕES PARA A AÇÃO</b> .....  | 249 |
| <b>Capítulo 35</b> | <b>A TUTELA ESPECÍFICA E COMINAÇÕES NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU NÃO FAZER</b> .....  | 253 |
| <b>Capítulo 36</b> | <b>AÇÃO CAUTELAR, MEDIDA LIMINAR E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA</b> .....   | 259 |
|                    | 36.1 A REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR E EFEITO SUSPENSIVO AOS RECURSOS.....   | 266 |
|                    | 36.2 A SUSPENSÃO DA MEDIDA LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA CONTRA O PODER PÚBLICO.....  | 268 |
|                    | 36.3 REQUISITOS PARA O PEDIDO DE SUSPENSÃO.....  | 272 |
|                    | 36.4 POSSIBILIDADE DO AGRAVO CONTRA A DECISÃO QUE DEFERE OU NEGA O PEDIDO DE SUSPENSÃO E RENOVAÇÃO DESTE MESMO PEDIDO A TRIBUNAIS DE GRAU SUPERIOR ..... | 273 |
| <b>Capítulo 37</b> | <b>SUSPENSÃO DAS LIMINARES E DOS EFEITOS DA SENTENÇA</b> ....  | 281 |
|                    | 37.1 SUSPENSÃO COLETIVA DE LIMINARES .....   | 282 |
|                    | 37.2 DURAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR OU DA SENTENÇA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA .....  | 283 |
| <b>Capítulo 38</b> | <b>FUNDO PARA A RECONSTITUIÇÃO DOS BENS LESADOS E OUTRAS DESTINAÇÕES</b> .....   | 285 |
|                    | 38.1 A INDENIZAÇÃO DO LESADO INDIVIDUAL ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO .....   | 288 |
| <b>Capítulo 39</b> | <b>A COISA JULGADA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA</b> .....   | 291 |
|                    | 39.1 A COISA JULGADA E OS LIMITES NOS INTERESSES PROTEGIDOS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....   | 294 |

|                    |  |            |
|--------------------|--|------------|
| 39.2               | A COISA JULGADA DA SENTENÇA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A AÇÃO PROPOSTA POR INTERESSADOS PARTICULARES.....     | 298        |
| 39.3               | A VERIFICAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.....                                     | 299        |
| 39.4               | O ENFOQUE DA CONSTITUCIONALIDADE DE NOVA AÇÃO SE IMPROCEDENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR FALTA DE PROVAS ..... | 301        |
| 39.5               | A COISA JULGADA ENVOLVENDO INTERESSES CONSTITUCIONAIS PROTEGIDOS PELA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....             | 303        |
| 39.6               | COISA JULGADA NOS LIMITES DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR DA SENTENÇA .....                   | 305        |
| 39.7               | A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DECLARAR A INVALIDIDADE DE SENTENÇA .....  | 308        |
| <b>Capítulo 40</b> | <b>A LIQUIDAÇÃO DA CONDENAÇÃO .....</b>  | <b>315</b> |
| <b>Capítulo 41</b> | <b>CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE CONDENOU EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, OU NÃO FAZER, OU DE ENTREGA .....</b>       | <b>317</b> |
| <b>Capítulo 42</b> | <b>O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE CONDENOU EM QUANTIA CERTA OU JÁ FIXADA EM LIQUIDAÇÃO.....</b>             | <b>321</b> |
| <b>Capítulo 43</b> | <b>PREFERÊNCIA NO PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS .....</b>   | <b>325</b> |
| <b>Capítulo 44</b> | <b>FORO COMPETENTE PARA A LIQUIDAÇÃO E PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA .....</b>                            | <b>327</b> |
| <b>Capítulo 45</b> | <b>DISPENSA DE ADIANTAMENTO DE CUSTAS E DE EMOLUMENTOS E SUA RESTRIÇÃO AOS LEGITIMADOS ATIVOS.....</b>     | <b>329</b> |
| <b>Capítulo 46</b> | <b>ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA PROPOSITURA DA AÇÃO.....</b>                           | <b>331</b> |
| <b>Capítulo 47</b> | <b>A SUCUMBÊNCIA QUANDO PROCEDENTE A AÇÃO.....</b>   | <b>337</b> |
| <b>Capítulo 48</b> | <b>APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>          | <b>341</b> |
| <b>Capítulo 49</b> | <b>O USO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DOS INTERESSES TUTELADOS PELA AÇÃO POPULAR .....</b>          | <b>345</b> |



|                    |  |     |
|--------------------|--|-----|
| <b>Capítulo 50</b> | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI</b> .....  | 347 |
|                    | 50.1 O CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE SEGUNDO A DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA .....  | 350 |
| <b>Capítulo 51</b> | <b>AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE E PARA A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b> ..... | 357 |
| <b>Capítulo 52</b> | <b>PROTEÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA</b> .....  | 361 |
|                    | 52.1 A CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA .....   | 363 |
|                    | 52.2 AÇÕES E ATIVIDADES NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO.....  | 364 |
|                    | 52.3 PESSOAS E ENTIDADES HABILITADAS A PROMOVEREM MEDIDAS JUDICIAIS DE PROTEÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....                     | 369 |
|                    | 52.4 EFICÁCIA DA SENTENÇA.....   | 371 |
|                    | 52.5 O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.....  | 372 |
| <b>Capítulo 53</b> | <b>AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DOS INVESTIDORES</b> .....   | 375 |
|                    | 53.1 A FINALIDADE DE EVITAR PREJUÍZOS E DE RESSARCIMENTO NAS OPERAÇÕES VISADAS PELA LEI, EM ESPECIAL NA APLICAÇÃO DE FUNDOS.....                 | 376 |
|                    | 53.2 A LEGITIMIDADE PARA PROMOVER A AÇÃO.....  | 379 |
|                    | 53.3 PROVOCAÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO PROPOR A AÇÃO.....  | 381 |
|                    | 53.4 A DESTINAÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO .....   | 383 |
| <b>Capítulo 54</b> | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b> .....  | 385 |
|                    | 54.1 ESPECIFICAÇÃO DOS INTERESSES E DIREITOS PROTEGÍVEIS.....  | 388 |
|                    | 54.2 DIREITOS BÁSICOS NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....   | 390 |
|                    | 54.3 HIPÓTESES COMUNS QUE ENSEJAM A AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....   | 392 |
|                    | 54.4 COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A AÇÃO.....   | 393 |
|                    | 54.5 O INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.....  | 394 |

|                    |   |     |
|--------------------|---|-----|
| <b>Capítulo 55</b> | <b>A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE PESSOA IDOSA</b> .....                                       | 397 |
|                    | 55.1 A PROTEÇÃO PELA LEI 8.842/1994.....  | 397 |
|                    | 55.2 A PROTEÇÃO PELA LEI 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO).....   | 400 |
|                    | 55.3 A DEFESA ATRAVÉS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DE OUTRAS DEMANDAS, E LEGITIMAÇÃO PARA O AJUIZAMENTO..... | 401 |
|                    | 55.4 PROVOCAÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO AGIR E INQUÉRITO CIVIL.....                                   | 404 |
|                    | 55.5 DESTAQUES A DIREITOS ESPECIAIS.....  | 405 |
|                    | 55.6 ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO.....   | 408 |

### Parte Segunda

### AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

|                   |   |     |
|-------------------|---|-----|
| <b>Capítulo 1</b> | <b>ATOS DE IMPROBIDADE</b> .....  | 413 |
| <b>Capítulo 2</b> | <b>A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ALCANCE DE SUA PROTEÇÃO</b> .....  | 417 |
| <b>Capítulo 3</b> | <b>DADOS HISTÓRICOS</b> .....   | 421 |
| <b>Capítulo 4</b> | <b>A DEFESA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS MOVIMENTOS INTERNACIONAIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO</b> .....   | 425 |
| <b>Capítulo 5</b> | <b>AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ENQUADRADA COMO AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A AÇÃO POPULAR E AÇÕES CONSTITUCIONAIS</b> ..... | 429 |
| <b>Capítulo 6</b> | <b>AGENTES PÚBLICOS OU SUJEITOS ATIVOS DAS ATIVIDADES PÚBLICAS</b> .....  | 433 |
|                   | 6.1 AGENTE PÚBLICO QUE EXERCE FUNÇÃO ESTATAL.....   | 436 |
|                   | 6.2 SUJEITOS ATIVOS NÃO PERTENCENTES À CATEGORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS QUE EXERCEM OU NÃO FUNÇÕES ESTATAIS.....                                  | 439 |
|                   | 6.3 A INEXISTÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIRO SE NÃO PRATICADA A IMPROBIDADE PELO AGENTE PÚBLICO.....  | 442 |
| <b>Capítulo 7</b> | <b>AS ENTIDADES PÚBLICAS PROTEGIDAS OU SUJEITOS PASSIVOS</b> .....  | 445 |

|                    |  |            |
|--------------------|--|------------|
| <b>Capítulo 8</b>  | <b>A AÇÃO CONTRA A IMPROBIDADE LEGISLATIVA .....</b>   | <b>451</b> |
| <b>Capítulo 9</b>  | <b>LEGITIMIDADE PARA PROPOR A AÇÃO DE IMPROBIDADE .....</b>  | <b>455</b> |
| <b>Capítulo 10</b> | <b>A IMPOSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO JUDICIAL OU EXTRA-JUDICIAL .....</b>   | <b>459</b> |
| <b>Capítulo 11</b> | <b>REGRAS PROCEDIMENTAIS .....</b>   | <b>463</b> |
| <b>Capítulo 12</b> | <b>O PRÉVIO DIREITO À DEFESA .....</b>   | <b>469</b> |
| <b>Capítulo 13</b> | <b>REGRAS DE COMPETÊNCIA E A PRERROGATIVA DE FUNÇÃO ..</b>   | <b>473</b> |
| <b>Capítulo 14</b> | <b>OBRIGATORIEDADE DO RESSARCIMENTO DO DANO E PERDA DOS VALORES PERCEBIDOS PELO AGENTE PÚBLICO OU TERCEIRO .....</b>         | <b>477</b> |
| <b>Capítulo 15</b> | <b>A INDISPONIBILIDADE DO PATRIMÔNIO PARA GARANTIR O RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS .....</b>                                    | <b>481</b> |
| <b>Capítulo 16</b> | <b>O SEQUESTRO DOS BENS .....</b>  | <b>489</b> |
| <b>Capítulo 17</b> | <b>O AFASTAMENTO DO CARGO E OUTRAS MEDIDAS .....</b>   | <b>493</b> |
| <b>Capítulo 18</b> | <b>A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E AS LIMITAÇÕES NA SUA CONCESSÃO .....</b>  | <b>497</b> |
| <b>Capítulo 19</b> | <b>LIMINARES E TUTELA DE URGÊNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO .....</b>   | <b>501</b> |
| <b>Capítulo 20</b> | <b>POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS LIMINARES DE GARANTIA OU DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA .....</b> | <b>503</b> |
| <b>Capítulo 21</b> | <b>A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO NA OFENSA AOS INTERESSES PROTEGIDOS .....</b>   | <b>507</b> |
|                    | 21.1 A DECADÊNCIA NO CAMPO DO DIREITO DO CONSUMIDOR .....  | 509        |
| <b>Capítulo 22</b> | <b>A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSADOS E O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE .....</b>                          | <b>513</b> |
| <b>Capítulo 23</b> | <b>BENS E VALORES PROTEGIDOS .....</b>   | <b>517</b> |
| <b>Capítulo 24</b> | <b>PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS PELOS AGENTES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO .....</b>                                     | <b>519</b> |
|                    | 24.1 A LEGALIDADE .....  | 522        |

|                    |      |   |            |
|--------------------|------|---|------------|
|                    | 24.2 | A IMPESSOALIDADE .....  | 523        |
|                    | 24.3 | A MORALIDADE .....  | 524        |
|                    | 24.4 | A PUBLICIDADE .....   | 526        |
|                    | 24.5 | A EFICIÊNCIA.....   | 528        |
|                    | 24.6 | A FINALIDADE.....   | 529        |
| <b>Capítulo 25</b> |      | <b>CATEGORIAS DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ...</b>   | <b>531</b> |
|                    | 25.1 | ATOS DE IMPROBIDADE QUE IMPORTAM EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES .....                | 532        |
|                    | 25.2 | ATOS DE IMPROBIDADE QUE IMPORTAM EM PREJUÍZO AO ERÁRIO.....   | 546        |
|                    | 25.3 | ATOS DE IMPROBIDADE QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....                                 | 569        |
| <b>Capítulo 26</b> |      | <b>EXEMPLOS DE ATOS DE IMPROBIDADE POR OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>                     | <b>587</b> |
| <b>Capítulo 27</b> |      | <b>O CONCURSO DE VIOLAÇÕES .....</b>  | <b>593</b> |
| <b>Capítulo 28</b> |      | <b>O REQUISITO DO DOLO NA CONFIGURAÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE.....</b>   | <b>595</b> |
| <b>Capítulo 29</b> |      | <b>A DESTINAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE E A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO .....</b>            | <b>601</b> |
| <b>Capítulo 30</b> |      | <b>SANÇÕES COMINADAS AO RESPONSÁVEL PELO ATO DE IMPROBIDADE .....</b>   | <b>603</b> |
| <b>Capítulo 31</b> |      | <b>O JULGAMENTO DA IMPUTAÇÃO QUE ENSEJA A AÇÃO DE IMPROBIDADE CIVIL EM OUTRA ESFERA DA JUSTIÇA.....</b>             | <b>607</b> |
| <b>Capítulo 32</b> |      | <b>O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DO SANCIONAMENTO .....</b>   | <b>611</b> |
| <b>Capítulo 33</b> |      | <b>CONFRONTO ENTRE AS PENALIDADES, ESTABELECIDAS NO ART. 37, § 4º, DA CF E AS DO ART. 12 DA LEI 8.429/1992.....</b> | <b>615</b> |
| <b>Capítulo 34</b> |      | <b>DISCRIMINAÇÃO DAS PENALIDADES .....</b>  | <b>617</b> |
| <b>Capítulo 35</b> |      | <b>SANÇÕES DOS ATOS DE IMPROBIDADE EM ESPÉCIE.....</b>  | <b>619</b> |
|                    | 35.1 | PERDA DOS BENS OU VALORES ACRESCIDOS ILICITAMENTE AO PATRIMÔNIO DO AGENTE.....                                      | 621        |

|                    |   |            |
|--------------------|---|------------|
|                    | <b>Ação Civil Pública e Ação de Improbidade Administrativa</b>  | <b>19</b>  |
| 35.2               | RESSARCIMENTO DO DANO PATRIMONIAL E MORAL.....  | 622        |
| 35.3               | PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....  | 626        |
| 35.4               | SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....   | 630        |
| 35.5               | A MULTA CIVIL.....  | 632        |
| 35.6               | PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO<br>PÚBLICA E DE RECEBER BENEFÍCIOS.....  | 634        |
| <b>Capítulo 36</b> | <b>A GRADAÇÃO E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....</b>  | <b>637</b> |
| <b>Capítulo 37</b> | <b>ADIANTAMENTO DE DESPESAS E ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA ....</b>  | <b>639</b> |
| <b>Capítulo 38</b> | <b>EXIGÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE BENS PELO AGENTE PÚBLICO.....</b>   | <b>643</b> |
| <b>Capítulo 39</b> | <b>A REPRESENTAÇÃO CONTRA PESSOA SABIDAMENTE INOCENTE.....</b>  | <b>647</b> |
| <b>Capítulo 40</b> | <b>A EFETIVAÇÃO DA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA OU DA SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E O AFASTAMENTO DO AGENTE NO CURSO DO PROCESSO .....</b>  | <b>651</b> |
| <b>Capítulo 41</b> | <b>APLICAÇÃO DAS SANÇÕES NÃO DEPENDENTE DO EFETIVO DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO OU DA APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DAS CONTAS POR ÓRGÃO INTERNO, OU PELO TRIBUNAL OU CONSELHO DE CONTAS.....</b> | <b>655</b> |
|                    | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>659</b> |
|                    | <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>  | <b>665</b> |